

XXII ENACED – II SIEPEC

Eixo Temático: Educação, diversidade e inclusão

REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: desafios para a promoção da educação intercultural

Ceres Daiane Gavioli Ramos dos Santos¹
Fabiane da Silva Prestes²
Sara Brigida Farias Ferreira³

RESUMO

Ao longo de décadas a invisibilidade do indígena foi reforçada nos livros escolares. Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar o livro didático como recurso para promover a educação intercultural e a inserção da temática indígena em âmbito escolar. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de cunho teórico. Assim, a partir da reflexão sobre as representações dos indígenas nos livros didáticos, entendemos que a reprodução da história desprovida de preconceitos e ideias malformadas deve ser o objetivo de uma nação que busca democracia e respeito aos direitos humanos e que tem no livro didático ferramenta básica para essa transformação.

Palavras-chave: História. Currículo. Ensino. Diversidade. Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

A história no Brasil não dá aos povos originários a importância que eles têm para a formação da sociedade atual. Tampouco considera a visão indígena dessa história, o que compromete o diálogo entre as sociedades indígenas e não indígenas, criando uma visão falaciosa e distorcida que os torna invisíveis sociais. Assim, a história ensinada sobre Brasil narra seus primeiros fatos como iniciados em 1500 com a chegada dos habitantes do Velho Mundo, sendo os índios (nomenclatura dada para os nativos aqui existentes) meros coadjuvantes quase sem importância e que assim ainda permanecem atualmente.

Reconhecer e aceitar que os fatos narrados através da tradição oral são verdadeiros e refletem essa história não contada ou pouco contada, bem como perceber a qualidade social e organizacional dessa etnia, é o princípio para admitir que há pouca visibilidade para os indígenas e que quando ocorre é distorcida atribuindo a eles aspectos pejorativos ou fantasiosos. A visibilidade real é aquela que reconhece em nossa cultura a forte influência das tradições, hábitos e conhecimentos desse povo que sempre esteve aqui, e que é tão relevante quanto a das culturas que vieram depois.

Atribuir aos indígenas a concepção de seres ingênuos, defensores da natureza necessitando da tutela do Estado, sem uma organização social efetiva ou ainda como selvagens e perigosos, que infelizmente são as características reforçadas ao longo do tempo e vigentes em nossos imaginários, torna esses povos invisíveis do ponto de vista social e político, não respeitado em sua pluralidade.

¹ Especialista em Educação em Direitos Humanos pela FURG, especialista em Direito de Família e Sucessões pela Damásio. E-mail: profceresramos@gmail.com.

² Doutora em Ciências Ambientais pela UNIVATES em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. E-mail: fabianeprestes@gmail.com

³ Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: sara_farias@hotmail.com.

XXII ENACED – II SIEPEC

Compreender a interação das tradições indígenas com a sociedade atual, a luta perene destes por seu espaço, sua terra e sua voz passam por uma inversão de ótica em que se ouve a narrativa desses personagens. É nesse contexto que o presente trabalho tem como objetivo analisar o livro didático como recurso para promover a educação intercultural e a inserção da temática indígena em âmbito escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico seguido na pesquisa e elaboração textual, de caráter teórico, funda-se no estudo e compreensão de bibliografia documental e nos referenciais teóricos. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, cuja investigação do objeto, levando-se em conta o seu objetivo geral, deu-se por meio de pesquisa exploratória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A identidade de uma sociedade tem entre suas pilastras a própria história, entretanto, os países ditos do novo mundo também contam com as influências sofridas pelas culturas vindas de fora, as fusões. O Brasil como país multicultural é uma grande colcha de retalhos construída com a participação dos Europeus colonizadores, exploradores, africanos e nativos, os índios.

No entanto, quando aprendemos sobre nossa história, ela se descortina como se fossemos resquícios de um velho mundo, ignorando que aqui sempre existiu um povo com costumes, cultura, organização social, crenças, os quais mesmo dizimados, subvertidos e sufocados pelos colonizadores, ainda persistem.

O (distorcido) imaginário social que existe a respeito dos indígenas brasileiros, deve-se em grande parte pela forma como aprendemos sobre eles nos bancos escolares, por meio de livros didáticos restritivos. Nesse sentido Mariano (2006, p. 63) considera

Podemos perceber que os índios são quase sempre estudados no passado, sob a ótica do colonizador, representação essa que reforça a tendência de uma parte da historiografia corrente. Desde então, esses povos têm tido uma participação inexpressiva em nossa historiografia, sendo, geralmente, estudados como atores coadjuvantes, vítimas indefesas, nunca vistos com autonomia. A construção dessas imagens tende a cristalizar os índios e retirá-los da história, e, o que é mais preocupante, essa representação está posta em muitos livros didáticos.

O Brasil “descoberto” por Pedro Alvares Cabral é o marco inicial de nossa história fincado durante muitos anos nos livros didáticos, prática em nosso discurso que desconsidera a presença anterior dos nativos – então chamados índios em decorrência de um equívoco. Não obstante, os indígenas possuem uma forma própria de sociedade, com conceitos de organização laboral, de família, de produção e de convivência que já existiam antes da chegada dos europeus.

Ao contrário do que retratado por longo tempo, muitos desses aspectos organizacionais influenciaram no nosso formato de sociedade com a mesma intensidade ou até maior do que aqueles advindos dos europeus, mas nada ou muito pouco disso é discutido no espaço escolar.

O professor Gersem dos Santos Luciano *Baniwa* (2006, p. 48), primeiro indígena a se tornar mestre em Antropologia Social no Brasil, bem relata:

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Contrariamente ao que costumamos ler nos livros escolares, pensados e escritos a partir da ótica dos brancos invasores, os povos nativos do continente americano haviam desenvolvido grandes e avançadas civilizações milenares muito semelhantes às indo-européias e, em muitos aspectos, até mais sofisticadas que elas.

O antropólogo indígena ainda destaca que estes “são povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural, territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil.” (BANIWA, 2006, p. 35).

Não é difícil concluir que a concepção presente no imaginário social tem duas ideias pré-formadas que não representam a grandeza da cultura indígena, tampouco abrange as duas diversas subdivisões. Essa dualidade inverdadeira é relatada por Luciano *Baniwa* (2006, p. 18-19):

É certo que no Brasil de hoje ainda muitos brasileiros nos veem como índios preguiçosos, improdutivos, empecilhos para o desenvolvimento. Outros nos veem como valiosos protetores das florestas, dos rios, e possíveis salvadores do planeta doente em função da ambição de alguns homens brancos que estão devastando tudo o que encontram pela frente.

Em verdade o conhecimento que temos desses povos foi produzido de fora, ou seja, foi elaborado pelos herdeiros dos colonizadores, os relatos são parciais pois não abrangem a fala dos sujeitos dessa história e como se deu e ainda se dá a interação desses com a sociedade não indígena. Alertando sobre essa parcialidade Oliveira (2003, p. 2) considera:

Em primeiro lugar, é preciso ter clareza que a história indígena pode ser compreendida como a história que os cientistas sociais produzem acerca do transcurso sociocultural e histórico das populações nativas do continente americano, quer dizer, das representações que construímos sobre o *outro*, a nossa visão *ética*. Em segundo lugar, a história indígena também pode ser vista como a história narrada e interpretada segundo os próprios indígenas, via tradição oral, aqueles que recentemente foram reconhecidos por muitos historiadores brasileiros como agentes sociais plenos.

Em outras palavras a história não é narrada por seus atores, mas sim por aqueles que atribuem aos fatos visto significado carregado de suas próprias concepções, assim “o índio não é sujeito de seu discurso e nem tem poder para construir sua própria história” (DE MELO, 2008, p. 10).

A história indígena é mantida entre os seus por meio da fala, a tradição, os ensinamentos e a cultura são passados de geração para geração por meio de histórias contadas pelos anciões, assim a oralidade é o instrumento base pelo qual a história é mantida. Fora do contexto desses povos, a oralidade perde seu valor.

Em nossa sociedade a história é transmitida através das palavras de registros não orais. Nesse contexto o papel do livro didático é o instrumento oficial que ensina a história, portanto, primordial para reforçar ou desconstruir os mitos existentes, dentre outros, sobre a questão indígena.

A importância e a influência que esse recurso tem na formação dos alunos e, por conseguinte na sociedade é destacado por Silva (2012, p. 156):

[...] sabemos que em muitos lares o livro didático chega como o único livro a que muitas crianças e adolescentes terão acesso. Justamente por serem pessoas em processo de desenvolvimento, é de extrema importância o

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

cuidado com o conteúdo a que esses jovens estarão expostos. Por exemplo: tais conteúdos irão reforçar ou diminuir o preconceito e a discriminação? O livro didático é, assim, um importante veículo para discursos capazes de contribuir para a construção de significados sobre as relações étnico-raciais e, dessa forma, impactar a constituição de identidades.

Apesar de sabermos dos inúmeros recursos didáticos existentes, especialmente com o uso da internet como fonte de pesquisa, em contraponto com os livros ofertados nas bibliotecas, por exemplo, o livro didático ainda é uma ferramenta que guia os currículos escolares, que norteia os planejamentos e atividades propostas. Considerando, ainda, a dimensão e a realidade plural do nosso país, é possível compreendermos a assertiva de que em muitos lugares o livro didático é único, senão a mais importante ferramenta de acesso à informação, configurando-se em formador de opinião.

Outros pesquisadores já analisaram a representação do indígena nos livros didáticos e a conclusão tem sido de uma história tímida ao relatar a atuação dos povos indígenas, os referidos materiais apesar de haver evoluído um pouco, ainda se presta a reforçar estereótipos.

Constatar a importância do livro didático e a sua fragilidade enquanto recurso para promover conhecimento significativo e minimamente global é essencial, mas somente o primeiro passo. No entanto, em que pese o tempo que essa discussão levou para acontecer não torna o próximo passo mais fácil.

Isto porque, a criação de um recurso que atenda diferentes realidades e se preste a realizar uma discussão que envolva diversas áreas do conhecimento como história, sociologia, literatura, geografia é um exercício de resgate antropológico e cultural. Mas além, também deve ser uma forma de trazer para a atualidade a existência desses povos eis que “[...] após 500 anos de tentativas de abolir as populações indígenas, elas continuam existindo, recriando práticas ancestrais e reivindicando sua sobrevivência como sociedades específicas” (MOTA; RODRIGUES, 1999, p. 44).

Esse pluralismo de áreas é a única forma de resgatar ou ainda refazer uma criação histórica que sufocou muitos prismas da questão indígena. Morin (2000, p. 98) alerta para a necessidade desse trabalho plural:

Reduzir o conhecimento do complexo ao de um de seus elementos, considerado como o mais significativo, tem consequências piores em ética do que em conhecimento físico. Entretanto, tanto é o modo de pensar dominante, redutor e simplificador, aliado aos mecanismos de incompreensão, que determina a redução da personalidade, múltipla por natureza, a um único de seus traços. Se o traço for favorável, haverá desconhecimento dos aspectos negativos desta personalidade. Se for desfavorável, haverá desconhecimento dos seus traços positivos.

Assim, o desconhecimento de todas as facetas da história indígena, da sua influência e existência em nossa sociedade atual, se presta a promover a dualidade de mitos ora perigoso, ora ingênuo que tem como principal consequência a consolidação da sua invisibilidade.

Em tempos de luta por direitos humanitários cada vez mais abrangentes e em que a nação se intitula educadora, essa promoção de conhecimento preconceituoso não pode ter mais espaço, como bem afirma Luciano Baniwa (2006, p. 35):

As contradições e os preconceitos têm na ignorância e no desconhecimento sobre o mundo indígena suas principais causas e origens e que precisam ser rapidamente superados. Um mundo que se autodefine como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política.

XXII ENACED – II SIEPEC

Conhecer e respeitar a diversidade indígena atribuindo a ela seu verdadeiro valor é uma forma de compreender nossa formação sob todos os seus aspectos, promovendo o conhecimento em favor da tolerância e da proteção aos direitos de todos os povos. Portanto, construção de uma história bem contada desprovida de preconceitos e ideias malformadas deve ser o objetivo de uma nação que busca democracia e respeito aos direitos humanos e que tem no livro didático ferramenta básica para essa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquilo que não é conhecido, não é respeitado. Durante séculos o ensino formal trouxe a figura do “índio” de forma mítica sendo ora ingênuo, ora selvagem/perigoso, excluindo da nossa formação escolar a real influência desses povos. Os livros didáticos em sua grande maioria, abordam a questão indígena a partir de conteúdos relativos aos primeiros contatos, como se não existissem mais indígenas no Brasil, que estes são desprovidos de uma história e que não há história de povos ancestrais (antes do século XVI). Considerando o uso e a importância que esse recurso didático possui, é possível considerarmos que o indígena não é retratado na sua plenitude e riqueza cultural, tampouco reconhecido como parte fundamental da formação da sociedade nacional.

Pensando nessa história que omite (e omitindo oprime) é que “educadores indígenas afirmam que gostariam de uma “história bem ensinada”, ao dizer isso estão se referindo a uma história que “reforce e reconheça um projeto étnico-cultural” (BORGES, 1999, p. 2), ou seja, uma história que considere com a sua devida relevância a memória cultural indígena trazida até os dias de hoje através dos ensinamentos da tradição oral.

Desmitificar o indígena, estabelecê-lo no presente com as interações que o tempo infligiu, reconhecendo sua autonomia e capacidade organizacional tornou-se primordial para que estes sejam compreendidos pelo restante da sociedade com o respeito e a atenção que merecem. Isso só acontecerá por meio de uma educação formal e não formal baseada nos conceitos de humanidade e alteridade, que possibilitem compreender a história indígena como sendo a história do Brasil, sendo, pois, primordial para avançarmos enquanto nação democrática de direito.

REFERÊNCIAS

BORGES, Paulo Humberto Porto Borges. Uma visão Indígena da História. **Cadernos Cedes**. Ano XIX, nº 49, Dezembro/99. Disponível em: www.djweb.com.br/historia. Acesso em 16 jul. 2022.

DE MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia: discurso e representação social**. 2008. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>. Acesso em 20 jul de 2022.

BANIWA, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. **Coleção Educação Para Todos**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Jorge Eremitas de. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. *In*: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_7aeb72696fef11d8030359addc808eea.pdf. Acesso em 17 jul. 2022.

SILVA, Maria de Fátima da. Livro didático de História: representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade. **Revista História Hoje**, V. 1, nº 2, p. 151-168. 2012. Disponível em <http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/45>. Acesso em 20 jul. 2022.